

**ATA**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício “Espaços Criativos”, da Vila de Brito, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. Não compareceram os Vereadores José Manuel Nogueira Teixeira Bastos e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES-----**

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuaria a jovem Ana Dias. Finalizada a atuação, o Presidente da Câmara enalteceu a prestação de Ana Dias e, seguidamente cumprimentou a Presidente da Junta de Freguesia de Brito, **Maria de Fátima Saldanha Cardoso** e restantes elementos presentes, o Presidente da Assembleia da Freguesia de Brito, **Dr. Mário Dinis Rodrigues Teixeira Salgado** e demais membros da Assembleia de Freguesia presentes, o Presidente da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, **António Carlos Pereira de Carvalho**, o Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, **Joaquim Cunha**, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Silves, **Vitor**

Domingos Marques, a Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, **Maria Adelaide Andrade Silva**, o Presidente da União de Freguesias de Leitões, Figueiredo e Oleiros, **João Carlos Alves**, o Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, **Manuel Teixeira**; o Presidente da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, **Bruno Oliveira**, o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, **Paulo Renato**, o Reverendo Pároco de Brito, **Padre João Fernando Peixoto de Araújo**, o Reverendo Pároco de Ronfe, **Padre João Silva**, o Diretor do Agrupamento de Escolas Abel Salazar - **Professor Silvério Silva**, a Coordenadora da Escola Básica de Casais - **Maria Ester Costa Santos Monteiro**, o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, **Dr. Costa e Silva**, o Diretor Executivo da Vitrus, **Dr. Daniel Pinto**, a Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Casais, **Susana Oliveira Lopes**, a Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Ribeira, **Flora Vaz Campos**, a Representante do Agrupamento CNE n.º 366 - Brito, **Sr. Fernando Vieira**, o Representante do Grupo Coral São João de Brito, **Manuel Castro Dias**, os Representantes do Centro Social de Brito, **Dra. Emília Silva e Sr. Paulo Martins**, os representantes da Comissão de Festas de São João Baptista, o Juiz da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, **Sr. António Silva**; os Alunos do Agrupamento de Escolas Abel Salazar - eleitos como delegados à sessão escolar do Parlamento dos Jovens promovido pela 8.ª Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da Republica, Senhoras e senhores professores que os acompanham; Equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanham e prestam apoio à realização destas reuniões descentralizadas, caras e caros Britenses. -----



Nesta sequência, o Presidente da Câmara convidou a **Presidente da Junta de Freguesia de Brito** a usar da palavra tendo lido, em voz alta, um texto que a seguir se transcreve: "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança; Senhoras e Senhores Vereadores; Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Brito; Restantes membros da Junta de Freguesia de Brito; Reverendo Padre João Fernando; Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Abel Salazar, Responsáveis de instituições e associações da freguesia aqui presentes, Demais entidades convidadas; Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Abel Salazar; Caras alunas e alunos do Agrupamento de Escolas Abel Salazar; Senhoras e senhores professores, Caros Britenses; Comunicação social presente; Minhas senhoras e meus senhores, sejam bem-vindos. Neste momento e local, permitam-me que, em nome desta promissora Vila de Brito, vos dê as boas vindas à nossa terra. Em nome pessoal e em nome do executivo desta Junta de freguesia, não posso deixar de me congratular pelo facto de registarmos, aqui hoje, um momento histórico para a nossa Vila, com a realização desta reunião que acontece pela primeira vez na nossa terra. Falar de Brito é falar numa Vila que progride e evolui muito. A sua elevação a Vila aconteceu a 19 de abril de 2001 e permitiu uma posição estratégica e fundamental no seu desenvolvimento. Com muito empenho, esta Vila tem vindo a aumentar o número de habitantes, conforme testemunham os censos realizados em 2011. Ao longo do tempo, Brito foi dotada de grandes infraestruturas que projetaram a Vila e a sua população. São exemplos a Aqua-Brito - piscinas interiores, exteriores e ginásio, o Centro Social de Brito- Instituição de solidariedade social, a criação de um parque de lazer, o Pavilhão desportivo, o parque da feira, o centro cívico, o campo sintético do Brito Sport

Club, o parque de merendas, a requalificação da antiga carreira do tiro, transformada nestes "Espaços Criativos". Foi em articulação com a Câmara Municipal de Guimarães e a Junta de Freguesia que foi possível reabilitar e dar função a este lindíssimo local, onde temos realizado diversos eventos culturais e outros, que hoje, qual sala de visitas, nos orgulhamos de aqui recebê-los. Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, a realização desta reunião de Câmara descentralizada é um ato de demonstração de democracia plena, é o cumprimento de uma promessa, é um sinal claro de proximidade que existe entre a autarquia e as freguesias, que devem trabalhar em parceria, com uma única finalidade, de servir e proporcionar o bem-estar às suas populações. Sr. Presidente, apraz-me conhecer de perto a forma altruísta como se dedica a causas públicas e os Britenses anseiam a resolução de alguns problemas, lacunas que nos preocupam mas sabemos que não estão esquecidas. Esta Junta de Freguesia está a trabalhar em diversas requalificações e beneficiações, pois queremos continuar a crescer, queremos mais qualidade de vida e queremos preservar o que já existe. Entendemos que só com diálogo e um bom relacionamento institucional com a Câmara Municipal podemos contribuir para defender os interesses da freguesia e resolver os problemas da população. Assim, em conjunto, temos vindo a efetuar obras, significativas e essenciais, que proporcionam mais e melhor qualidade de vida e bem-estar das pessoas, tais como o alargamento de ruas, encaminhamento de águas pluviais, a melhoria de acessibilidades e ainda requalificação de vários espaços verdes, com o intuito de tornar a nossa vila mais aprazível. Temos duas escolas primárias nesta freguesia, frequentadas por cerca de 300 crianças. O Município de Guimarães tem respondido com prontidão às solicitações que são



apresentadas. Um dos projetos urgentes é efetuar uma intervenção de fundo na Escola Primária de Casais, edifício que necessita de diversas reparações que visam potenciar condições necessárias para que as nossas crianças tenham uma escola segura e eficiente, bem como realizar melhoramentos no pavilhão desportivo. Como costuma dizer o senhor Presidente do Município de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, uma escola com melhores condições representa o investimento numa melhor educação e consequentemente numa sociedade mais preparada. Outro projeto que estamos a trabalhar é na tão ansiada ligação do centro cívico à estrada nacional 310. Contamos que seja uma realidade num futuro próximo, assim como a ligação do Parque de lazer à Estrada Nacional 206. Será certamente uma mais-valia a execução destas obras, que representam uma melhoria nas acessibilidades da nossa vila e melhores condições de vida para a comunidade. Além do que já foi aqui evidenciado, queria também aproveitar esta reunião para expressar a gratidão desta Junta de Freguesia, representante dos Britenses, à Câmara Municipal de Guimarães, na pessoa do senhor Presidente Dr. Domingos Bragança, pela prontidão na resolução dos problemas que vão surgindo, sabendo contudo que há e haverá muito ainda a fazer. O caminho, porém, faz-se caminhando. Para terminar, quisemos dar a esta cerimónia a dignidade que ela merece, e desde já, agradecemos à nossa querida Britense Ana Dias, por ter aceitado o nosso convite e nos proporcionar um momento agradável. Obrigada Ana! Agradeço a todos quantos vieram aqui, honrando-nos com a sua presença e também desta forma exercer a sua cidadania. Sr. Presidente, esta freguesia acredita no trabalho da Câmara Municipal ímpar e isenta, composta por gente que faz, que empreende e que luta, por uma sociedade melhor e igualitária. Muito obrigada." -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara convidou o Diretor do Departamento de Urbanismo e de Desenvolvimento Económico, Arq.º Filipe Fontes, para fazer uma exposição sobre a intenção da Câmara Municipal de investimento em Brito, tendo em conta a centralidade da Freguesia. -----

Terminada a exposição, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Arq. Artur Corte-Real, para apresentar uma exposição sobre os seguintes projetos, entendidos pela Câmara Municipal como prioritários para a Vila de Brito: o projeto de construção de uma via estruturante que ligará o centro cívico e o parque de lazer às estradas nacionais que servem a localidade, tratando-se de um novo acesso a partir da EN 206, além de uma intervenção no acesso pela EN 310; os projetos de intervenção nas duas Escolas Básicas sendo a intervenção na EB1/JI de Casais mais profunda, incluindo a requalificação do pavilhão gimnodesportivo e criação de balneários, a par da remoção e substituição dos painéis de fibrocimento e reparação de infiltrações na cobertura do edifício, sendo que a intervenção na EB1 da Ribeira inclui a redução de infiltrações e trabalhos na cobertura, revisão do sistema energético, de drenagem de águas pluviais e das instalações sanitárias, bem como uma pintura geral do edifício. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Saudou e cumprimentou todos os presentes, em especial os Britenses, a Presidente da Junta de Freguesia de Brito, bem como o Presidente da Assembleia de Freguesia de Brito e demais eleitos deste órgão presentes, o Presidente da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, o Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, a



Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, o Presidente da União de Freguesias de Leitões, Figueiredo e Oleiros, o Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, o Reverendo Pároco de Brito e Sande Vila Nova, o Reverendo Pároco de Ronfe, o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, o Diretor Executivo da VITRUS, o Presidente da Direção do Centro Social de Brito, o Presidente da Direção do Brito Sport Clube, o Diretor do Agrupamento de Escolas Abel Salazar, a coordenadora da EB1 de Casais e Ribeira, as Presidentes das Associações de Pais e Encarregados de Educação das EB1 de Casais e Ribeira, a Representante do Agrupamento 366 - Brito CNE, os representantes dos grupos corais presentes, os representantes das duas Comissões de Festas presentes e a Ana Dias, felicitando-a pela coragem da sua prestação musical. De seguida, disse que esta iniciativa de reuniões descentralizadas era uma ideia feliz, sendo sempre muito participada e uma medida positiva que une as pessoas. A propósito, recordou uma proposta apresentada em 2011 pelos Vereadores então eleitos pelo PSD com vista à realização de reuniões de Câmara descentralizadas, mas que acabaria por ser rejeitada pelo Partido Socialista. Disse que a intenção de intervenção apresentada pelos Arquitetos Filipe Fontes e Artur Corte-Real demonstrava o muito que está já feito em Brito, que disse reconhecer. Continuou, referindo que Brito está encostada a vilas antigas e pujantes - Ponte, Pevidém e Ronfe, o que, porém, não limitou o seu desenvolvimento. Disse, ainda que a Vila de Brito tem uma ligação privilegiada ao Rio Ave e partilha com a freguesia de Silvares uma das zonas naturais mais bonitas do concelho. Descreveu Brito como um meio marcadamente rural que se distingue pelas suas enormes quintas, mas que se urbanizou exponencialmente nos últimos 20 anos, com uma

população a crescer, invertendo a tendência registada no concelho. Disse, também, que Brito tem uma atividade associativa correspondente à categoria de Vila que possui, destacando entidades como o Centro Social de Brito, o Brito Sport Clube, o Agrupamento do CNE e os dois Grupos Corais. A nível económico, registou a passagem do setor primário para o secundário, referindo a AMTROL ALFA – Metalomecânica, S.A. e a Lavandaria, Tinturaria, Estamparia e Acabamentos Pizarro, S.A. como duas importantes unidades industriais desta Vila. Por último, fez uma referência a um autarca desta freguesia que partiu demasiado cedo, o Sr. João Vidal, que muito se dedicou às causas de Brito. --

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Cumprimentou o Presidente da Câmara e colegas de vereação, a Presidente da Junta de Freguesia de Brito e demais autarcas presentes, os dirigentes dos movimentos associativos recreativos e culturais presentes, os cidadãos de Brito e, em especial, Ana Dias pela prestação que considerou fabulosa. De seguida, disse congratular-se com a realização de reuniões descentralizadas que aproximam os cidadãos do poder autárquico. Disse considerar que o objetivo tem sido concluído de forma certa, verificando-se reflexos positivos naquilo que se pretende para o futuro. Contudo, disse ter já manifestado discordância da estrutura de organização destas reuniões pois considera que deveria ter sido facultada previamente documentação sobre a apresentação feita pelos Técnicos da Câmara Municipal, por forma a possibilitar uma análise mais aprofundada daquilo que se pretende fazer. Afirmou que Brito é uma Vila em desenvolvimento e que, no que diz respeito a infraestruturas, está praticamente servida, mencionando, designadamente, o Centro Cívico, o Edifício Sede da Junta de Freguesia, as duas Escolas do Ensino Básico, o Recinto da Feira, o



Espaço do Cidadão, o Parque Desportivo e de Lazer, o Pavilhão Gimnodesportivo, o Centro Social, o Agrupamento de Escuteiros, o Edifício dos "Espaços Criativos", o Complexo de Piscinas, o Clube Desportivo com um piso relvado sintético e o Parque de Merendas. Disse que a apresentação técnica daquilo que se pretende para o futuro tem a ver com a requalificação do edificado pois Brito conseguiu, ao longo dos últimos anos, trazer para a sua comunidade, um conjunto de equipamentos que nem todas as freguesias do concelho tem, lembrando e felicitando o autarca José Dias pelo trabalho que nos últimos anos desenvolveu em prol do desenvolvimento de Brito. Acrescentou que, porém, não estava tudo resolvido, entendendo que a Vila de Brito precisava de melhor mobilidade, designadamente ao nível dos transportes públicos. De seguida, disse que Brito tem o privilégio de ser banhada pelo Rio Ave, entendendo dever ser aproveitada essa qualidade, parecendo-lhe que as margens do Rio Ave não estão devidamente tratadas. A propósito, apontou a destruição do pontilhão que liga a Pevidém, referindo a urgência de uma intervenção nesta área onde poderá ser criada uma zona de lazer. Referiu que importa também intervir ao nível do saneamento, separando as águas pluviais das águas residuais. Finalizando, desejou que a Vila de Brito continue na senda do seu desenvolvimento.-----

3 - Presidente da Câmara - Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Disse ter acompanhado o desenvolvimento de Brito nos últimos anos, recordando também o autarca José Dias, Presidente de Junta de Freguesia de Brito durante muitos anos. Referiu, igualmente, o trabalho desenvolvido agora pela atual Presidente de Junta, com preocupações ao nível da reabilitação do edificado. Disse reconhecer que a Vila de Brito está bem, mas

pretende-se estruturar ainda melhor o território, articulando e requalificando áreas como as ligações do Centro Cívico à EN 310, servindo a zona da Igreja e da Feira e ligando o Parque de Lazer às EN 206 e 310. No que respeita à intervenção nas Escolas Básicas disse que se pretende uma grande melhoria ao nível da comodidade, das condições térmicas e acústicas, destacando a maior intervenção projetada para a EB1/JI de Casais. Continuou, referindo que se pretende facilitar e melhorar os acessos, tornando-os mais seguros para condutores e peões, melhorando as condições de segurança e conforto, através das intervenções na rede viária e na via estruturante. Apontou, ainda, a determinação em melhorar as margens do Rio Ave bem como a descontaminação completa do curso de água, reconhecendo ainda haver zonas de saneamento com contacto com as águas pluviais e residuais. -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE PESAR – GONÇALO DOS REIS TORGAL** – Presente a seguinte proposta: “Faleceu, no passado dia 14 de janeiro, Gonçalo dos Reis Torgal, Mordomo-Mor da Confraria Gastronómica da Panela ao Lume, instituição que fundou em 1986, e pessoa muito ligada a Guimarães, cidade onde residia desde o final da década de 1960, depois de ter sido colocado como professor da Escola Industrial e Comercial de Guimarães. Natural de Coimbra, licenciado em História, tinha sido antes professor em vários pontos do país. Em Guimarães, residiu na Rua Paulo VI nos últimos 40 anos e foi dirigente do Desportivo Francisco de Holanda. Foi colaborador da imprensa, nomeadamente do antigo diário “Comércio do Porto”



onde criou uma secção de gastronomia “Panela ao Lume” de divulgação da cozinha tradicional e de restaurantes de todo o país, particularmente de Guimarães e da região. A referida secção deu origem, por iniciativa dos seus fiéis leitores, à Confraria Gastronómica com o mesmo nome, na qual foi desde 1986 o Mordomo-Mor, tendo organizado vários encontros em Guimarães que constituíram promoções da nossa cozinha regional. Inscrito, desde 1974, no Partido Popular Monárquico, foi membro do Conselho de Imprensa, eleito pela Assembleia da República, no início da década de 1980. Adepto, desde sempre, da Associação Académica de Coimbra, cidade onde nasceu e estudou, integrou nas últimas décadas os seus órgãos sociais e acompanhava semanalmente todos os jogos que o seu clube disputava, deslocando-se, apesar da idade, por todo o país. Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal expresse o seu pesar pelo seu desaparecimento, através da aprovação deste voto e envie à sua família as mais sentidas condolências.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de janeiro de 2016, que aprovou a lista de erros e omissões respeitante à empreitada designada por "**Requalificação do Largo de Donões - Oliveira do Castelo**", de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa. -----
2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de janeiro de 2016, que adjudicou a empreitada designada por "**Adaptação do Edifício "Casa de Donões" para sede do ACT**" ao concorrente "Signinum – Gestão de Património Cultural, Lda", pelo valor de €208.099,21 + IVA, de acordo com relatório final, que se

anexa. -----

3. Da listagem das aquisições de serviços celebradas ao abrigo da autorização genérica, nos termos do disposto na alínea d), no n.º 8 da autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços – 2015, para ulterior conhecimento da Assembleia Municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Da informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento relativa ao acordo de cedência celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e Jorge da Silva Pinho respeitante à área envolvente do "Moinho do Buraco", freguesias de Selho S. Jorge e Selho S. Cristóvão, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 7 DE JANEIRO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – ANO DE 2009 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de abril de 2009, aprovou a celebração de um Protocolo de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Briteiros Santa Leocádia, para a elaboração do projeto e reabilitação do edifício da sede da junta de freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.028,89. Após a



conclusão do projeto referente à reabilitação do edifício da sede da Junta de Freguesia de Briteiros Sta. Leocádia, o Departamento de Obras Municipais elaborou, em 20 de janeiro de 2010, o respetivo auto de medição no valor de €4.971,11. Entretanto, na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do dia 29 de Setembro de 2013, a Freguesia de Briteiros Sta. Leocádia, encontra-se agora agregada com a Freguesia de Briteiros S. Salvador, e passaram a designar-se União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Atribuição de Subsídio. Recentemente, a Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir as obras de reabilitação até à presente data, prevendo agora a sua conclusão no ano de 2016, pelo que solicitou a alteração do prazo do respetivo Protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 23 de abril de 2009, alterando-se a 3ª cláusula, nomeadamente: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a JUNTA compromete-se a elaborar o projeto e executar a obra até ao final do ano 2016." Mais se propõe a transferência do remanescente da correspondente verba para 2016, ou seja, €8.057,78."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE ADAPTAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA EB1 DE REAL (BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO) – Presente a seguinte

proposta: "No final do ano de 2015, a União de Freguesia de

Briteiros Santo Estêvão e Donim executou obras de adaptação no edifício da antiga EB1 de Real (Briteiros Santo Estêvão) para a instalação da Loja Solidária e sede social da CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, e ainda do Rancho Folclórico de Santo Estêvão. Tendo em conta a relevância da atividade daquelas entidades no âmbito daquela freguesia, bem como nas freguesias vizinhas, nomeadamente através da Loja Social que disponibiliza bens e serviços à população das freguesias de Barco, Briteiros S. Salvador e Santa Leocádia, Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, a Junta de Freguesia solicitou o apoio da Câmara Municipal, apresentando um orçamento no valor €4.797,00, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, consciente da necessidade da adaptação do edifício para o desenvolvimento das atividades das duas coletividades acima identificadas, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à União de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão e Donim, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €4.797,00, destinado a financiar as obras de adaptação executadas no edifício da antiga EB1 de Real (Briteiros Santo Estêvão), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia



Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Selho S. Lourenço e Gominhães, para a obra designada por "Requalificação da E.B.1 de Gominhães", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.808,29. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 4 de novembro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016." **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE URGEZES - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Urgez, para a execução de obras no edifício da sede da Junta de Freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €16.585,58. Não tendo iniciado a

obra durante o ano de 2014, após solicitação da Freguesia, a Assembleia Municipal aprovou em 27 de fevereiro de 2015, a proposta da Câmara Municipal datada de 8 de janeiro de 2015, referente à alteração do prazo de execução daquela obra, tendo sido celebrado o respetivo aditamento ao contrato, no dia 30 de abril de 2015. Em dezembro de 2015, o Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou novamente a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 30 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, para a obra designada por “Construção do Edifício de Apoio ao Parque de Lazer”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do



valor de €29.275,42. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 27 de outubro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SERZEDELO – ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Serzedelo, para a obra designada por “Construção do Parque de Lazer”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €11.067,28. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 28 de outubro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula,

nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SERZEDELO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Serzedelo, para a execução da obra designada por “ Requalificação do Centro Cívico”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €15.000,00. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 28 de outubro de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.”, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----



**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA -
ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –
ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO**

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Prazins Sta. Eufémia, para a obra designada por “Construção da Casa Mortuária”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €9.553,08. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a totalidade da obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 2 de outubro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE - ALTERAÇÃO AO
CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 –
PRIMEIRO ADITAMENTO**

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 18 de dezembro de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de novembro de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de

Subsídio com a Freguesia de Ponte, para a execução de arranjos exteriores e outros arranjos interiores do Cemitério de Ponte, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €19.161,51. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PINHEIRO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 –

PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Pinheiro, para a obra designada por “Requalificação do Centro Cívico da Freguesia”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.855,87. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a totalidade da obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a



aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 22 de setembro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE ALDÃO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Aldão, para a construção de balneários no equipamento desportivo, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.430,10. A Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, uma vez que o projeto de execução não estava concluído, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 16 de julho de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE -
ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –
ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Selho S. Jorge, para a obra designada por “Requalificação do Cemitério”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €10.000,00. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima mencionada no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-la até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 12 de outubro de 2015, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE -
ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 –
PRIMEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara



Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Selho S. Jorge, para a execução das obras designadas por "Pavimentação da rua Senhora dos Perigos e Arranjo Urbanístico do Largo da Várzea", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €24.704,80. Após a conclusão da pavimentação da rua Senhora dos Perigos, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados, em dezembro de 2015, tendo sido elaborado o respetivo auto de medição no valor de €12.514,24. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a totalidade das obras acima mencionadas no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 12 de outubro de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.", bem como a transferência do remanescente da correspondente verba para 2016, ou seja, €12.190,56." **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de

Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Infantas, para a execução da obra designada por " Pavimentação da rua de Camões e da rua 25 de Abril", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €19.536,36. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionadas no ano de 2015, pela necessidade da realização prévia do respetivo projeto, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 17 de Setembro de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.". Mais se propõe a transferência da correspondente verba para 2016."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CALDELAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Caldelas, para a execução das obras designadas por "Construção da zona de lazer junto à praia seca e pavimentação da rua do Tojal", bem como a transferência



de uma verba até ao limite do valor de €32.165,54. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a totalidade das obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 22 de outubro de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.". Mais se propõe a transferência da correspondente verba para 2016."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Atães e Rendufe, para a execução das obras designadas por "Alargamento da rua Santa Maria, pavimentação da rua do Casal e requalificação da envolvente da Igreja ", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €33.228,03. Após a conclusão da pavimentação da rua do Casal, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados, em julho de 2015, tendo sido elaborado o

respetivo auto de medição no valor de €14.861,82. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar a totalidade das obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de julho de 2015, alterando-se a 8ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.". Mais se propõe a transferência do remanescente da correspondente verba para 2016, ou seja, €18.366,21."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Atães e Rendufe, para a construção de um ringue polidesportivo e execução de obras no espaço de lazer junto à rua Padre João Soares, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.000,00. Não tendo iniciado a obra durante o ano de 2014, após solicitação da Freguesia, a Assembleia Municipal aprovou em 27 de fevereiro de 2015, a proposta da Câmara Municipal datada de 8 de janeiro de 2015, referente à alteração do prazo de execução



daquela obra, tendo sido celebrado o respetivo aditamento ao contrato, no dia 29 de abril de 2015. Em dezembro de 2015, o Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou novamente a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submeteu-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 15 de outubro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Atães e Rendufe, para a execução da obra de alargamento e pavimentação da rua de Santa Maria, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €25.228,03. Não tendo iniciado a obra durante o ano de 2014, após solicitação da Freguesia, a Assembleia Municipal aprovou em 27 de fevereiro de 2015, a proposta da Câmara Municipal datada de 8 de janeiro

de 2015, referente à alteração do prazo de execução daquela obra, tendo sido celebrado o respetivo aditamento ao contrato, no dia 29 de abril de 2015. Em dezembro de 2015, o Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou novamente a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 15 de outubro de 2014, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016.". Mais se propõe a transferência da correspondente verba para 2016."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE – PROJETO AUTOESTIMA 2015 e 2016 - DESPESA PLURIANUAL – Presente a seguinte

informação: "Em reunião de Câmara de 22 de Abril de 1999 foi deliberada a celebração de um protocolo com a Administração Regional de Saúde do Norte para assegurar o alargamento das atividades desenvolvidas pelo Projeto Autoestima que preconiza o apoio jurídico e de aconselhamento a pessoas do concelho de Guimarães que, pela sua prática de vida, necessitam de informação no âmbito das doenças sexualmente transmissíveis, em particular do VIH/SIDA. A 4 de agosto de 1999 foi celebrado o referido Protocolo de Acordo de Cooperação que, em conformidade com a sua Cláusula V, compromete a Câmara Municipal de Guimarães, para além de prestar atendimento jurídico a mulheres



em acompanhamento, a compartilhar nos custos com a formação dos técnicos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelo projeto no valor solicitado. A comparticipação do Município cifrou-se, ao tempo, em 250.000\$00 (€1.246,99) anuais, mantendo-se até esta data o mesmo montante (cfr. nº 2, da cláusula V do Protocolo). O Projeto Autoestima funciona, quer através da unidade móvel que circula duas vezes por semana na área geográfica do concelho de Guimarães e limítrofes, quer através da consulta multidisciplinar (médica ginecologista, enfermeira e assistente social) realizada semanalmente no Centro de Saúde, atestando assim a sua pertinência e continuidade. Assim, considerando que a verba relativa ao ano de 2015 não foi transferida, propõe-se a transferência do valor de €2 493,98 (dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e oito cêntimos) correspondendo a uma despesa plurianual de €1.246,99 (mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos) para cada um dos dois anos de 2015 e de 2016 para a Administração Regional de Saúde do Norte." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO DE COOPERAÇÃO – Presente, para ratificação, o Protocolo de Cooperação celebrado no passado dia 8 de janeiro entre o Município de Guimarães, a Universidade do Minho e EXPERTISSUES – European Institute of Excellence for Tissue Engineering and Regenerative Medicine EEIG, Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE), no âmbito da Operação designada por "*Pré Qualificação a Operações de Acolhimento Empresarial*", candidata ao Aviso de Concurso NORTE-53-2015-14, apresentada à Autoridade de Gestão do Norte 2020, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTÓCOLOS – ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O PLANO

DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES PARA O ACOlhIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL – ‘GUIMARÃES ACOLHE’ –

Presente a seguinte informação: “O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), tem intensificado esforços no sentido de apelar a uma estratégia de acolhimento global – e em particular à Europa – que consiga responder com eficácia ao Acolhimento de Pessoas com Necessidade de Proteção Internacional. Portugal assumiu a receção de quase 5 000 pessoas com necessidade de proteção internacional durante os próximos dois anos. A chegada de um grupo com esta dimensão requer uma estratégia de acolhimento descentralizada que, de forma efetiva, convoque as autarquias para o desempenho de um papel relevante na garantia do alojamento e das necessidades primárias de uma população tão vulnerável. Consciente do imperativo humanitário desta realidade, o Município de Guimarães considera essencial associar-se a este esforço e organizar-se com as instituições da sua Rede Social e com o Conselho Português para os Refugiados (CPR) para prover o acolhimento de pessoas com necessidade de proteção internacional, tendo em conta os compromissos definidos pelo Estado Português e os recursos locais que for capaz de mobilizar. Para o efeito propõe-se formalizar o presente Acordo de Cooperação que estabelece o modo de funcionamento e os compromissos assumidos pelas organizações e serviços que o subscrevem, e que agrega nos seus anexos, o Plano de Ação do Município de Guimarães para o Acolhimento de Pessoas com Necessidade de Proteção Internacional, o Memorando entre o Município de Guimarães e o Conselho Português para os Refugiados e os Estatutos para a criação duma Comissão Executiva de Apoio aos Refugiados que tem por finalidade a gestão



de donativos angariados por via da organização de campanhas de apoio a esta causa. Considerando que este acordo de cooperação e restantes documentos complementares se enquadram no disposto previsto nas alíneas r) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresenta-se para aprovação, os termos da minuta que aqui se anexa.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

– Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 9 de julho de 2015, deliberou, nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, aprovar uma autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços, com dispensa do parecer prévio referido no art.º 3º da mesma Portaria, e nos números 5 e 12, do artigo 75º, da Lei do Orçamento de Estado de 2015. Na presente data, ainda não foi publicada a Lei do Orçamento de Estado para vigorar em 2016. As razões para essa ausência são as que constam do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, que refere o seguinte: “*O artigo 12.º -H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, determina a prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado do ano anterior, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado. Face à data da tomada de posse e à data da discussão do Programa para a XIIIª*

Legislatura do XXI Governo Constitucional, verificou-se uma impossibilidade objetiva de preparação, apresentação e aprovação de um Orçamento do Estado para 2016 que possa entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. Assim sendo, verificar-se-á, a partir de 1 de janeiro de 2016, um período transitório, até à entrada em vigor da Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2016, em que se mantém, nos termos do artigo 12.º -H da LEO, a vigência da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015. Durante esse período, a execução orçamental obedece ao princípio da utilização por duodécimos das verbas fixadas para despesas, nos mapas orçamentais que as especificam, de acordo com a respetiva classificação orgânica. Torna -se, assim, essencial, nos termos do n.º 8 do artigo 12.º -H da LEO, aprovar um conjunto de normas destinadas a disciplinar a aplicação desse regime transitório, designadamente no que concerne à clarificação do orçamento de referência para a aplicação do regime duodecimal e à identificação das exceções ao referido regime. (...)” O n.º 1 do referido artigo 12.º -H da Lei de Enquadramento Orçamental prevê as situações em que pode ocorrer a prorrogação da vigência da lei do Orçamento. E no n.º 2 refere-se que “a prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado abrange o respetivo articulado e os correspondentes mapas orçamentais, bem como os seus desenvolvimentos e os Decretos-Leis de execução orçamental.” O n.º 4 estatui que “durante o período transitório em que se mantiver a prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado respeitante ao ano anterior, a execução do orçamento das despesas obedece ao princípio da utilização por duodécimos das verbas fixadas nos mapas orçamentais que as especificam, de acordo com a classificação orgânica, sem prejuízo das exceções



previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 43.º". E por fim, no n.º 8, estabelece-se que "durante o período transitório em que se mantiver a prorrogação da vigência da lei do Orçamento respeitante ao ano anterior, o Governo pode aprovar, por decreto-lei, as normas de execução orçamental necessárias para disciplinar a aplicação do regime estabelecido no presente capítulo." Assim, considerando que o Governo, em matéria de aquisições de serviços, apenas aprovou a extinção da redução remuneratória (cfr. Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro), que ocorrerá de forma progressiva ao longo do ano de 2016, mantém-se em vigor, quer o artigo 75º da LOE 2015, quer a aludida Portaria n.º 149/2015, entendida como diploma de execução orçamental. Mantendo-se os mesmos pressupostos que fundamentaram o pedido de autorização genérica concedida pelo Órgão Executivo em 9 de julho de 2015, cuja deliberação se anexa, propõe-se: a) Que a Câmara Municipal conceda autorização genérica para a celebração de contratos de aquisição de serviços, com dispensa do parecer prévio referido no art.º 3º da Portaria, da seguinte forma:

Tipo de contrato	Valor máximo por contrato (1)	N.º de contratos (2)
Contratos de consultadoria (áreas de direito, engenharia, arquitetura, informática, auditoria, finanças, contabilidade, etc.)	€75.000	50
Aquisição de serviços de natureza artística e ou cultural	€75.000	50
Outras aquisições de serviço (publicações, gráficas, seguros, elevadores, comunicação, publicidade, refeições, transportes, etc...)	€75.000	50

1 - A Portaria não estabelece um valor máximo por contrato a autorizar, nem fixa parâmetros a observar na determinação de tal montante, pelo que foi entendido adequado adotar como critério para a determinação do valor máximo de cada contrato a autorizar, o montante máximo previsto para o ajuste direto no Código dos Contratos Públicos, que é de €75.000,00. 2 - O

número de contratos resulta de estimativa tendo em conta o ano anterior: b) - A autorização genérica proposta na alínea anterior, não prejudica o dever de cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas do n.º 2, do artigo 3º, da Portaria n.º 149/2015, ficando a celebração dos respetivos contratos de aquisição de serviços dependente do cumprimento dos mesmos; c) Os contratos que venham a ser celebrados ao abrigo da autorização genérica ora proposta, não podem ser automaticamente renovados, nem o respetivo prazo pode ser objeto de prorrogação; d) Será apresentado ao Órgão Executivo, para seu conhecimento, um relatório mensal, discriminando os contratos de aquisição de serviços que vierem a ser celebrados ao abrigo da autorização genérica ora proposta, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, duração e cabimento orçamental; e) A presente autorização genérica deve produzir os seus efeitos até à entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2016 ou de outra norma que, entretanto, venha a ser aprovada nesta matéria e que disponha em sentido diferente do agora proposto.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DA PORTARIA DO MERCADO MUNICIPAL – RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de dezembro de 2015, que adjudicou a “CHARON – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA” o aumento do número de horas de vigilância nas instalações e equipamentos da portaria do Mercado Municipal, pelo preço contratual de €18.742,66, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º**

3/2015 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 13 de julho de 2015, a sanção disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor é a sanção disciplinar de suspensão de 20 dias, suspensa da sua execução pelo período de um ano. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, pelo que se submete a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.”

O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR, COM SEIS VOTOS A FAVOR E TRÊS EM BRANCO, APLICANDO A SANÇÃO DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DE VINTE DIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE UM ANO.** -----

RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º

4/2015 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 31 de julho de 2015, a sanção disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor é a sanção disciplinar de repreensão escrita. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, pelo que se submete a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.”

O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A**

SANÇÃO DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.-----

RECURSOS HUMANOS - ORÇAMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS –

Presente a seguinte proposta: "Nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções; c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. A Lei do Orçamento de Estado para 2016 ainda não se encontra publicada. Contudo, vem sendo legalmente determinada, desde 2011, a proibição de valorizações remuneratórias e um controlo apertado das despesas com pessoal, obedecendo o orçamento aprovado para o município, necessariamente, a estes condicionalismos, em cumprimento dos princípios da sustentabilidade, da solidariedade recíproca, bem como da economia, da eficiência, e da eficácia. No mapa de pessoal aprovado para o ano de 2016 está previsto um conjunto de novos postos de trabalho, dos quais uma parte se prevê possa vir a ser ocupada pelo recurso a mobilidades internas, o que permite a valorização profissional dos trabalhadores internos num contexto em que qualquer outra forma de progressão se encontra legalmente impedida. Tendo presente este condicionalismo, propõe-se, ao abrigo do citado artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, que não se proceda à afetação de qualquer montante a título de prémios de desempenho ou de alterações de posicionamento remuneratório. Mais se propõe que, sem prejuízo da indispensável monitorização permanente das



despesas com pessoal, seja afeto ao recrutamento de trabalhadores para a ocupação de postos previstos no mapa de pessoal aprovado o montante máximo de 398.247,66 euros, dos quais 137.245,62 euros se destinam à contratação a termo resolutivo certo no âmbito das atividades de enriquecimento curricular.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO)

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães de 9 de junho de 2014 foi aprovada a dissolução e liquidação da AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia S.A. EM, bem como a internalização das respetivas competências no Município de Guimarães, ao abrigo do disposto nos artigos 62º e 65º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. As empresas locais em processo de liquidação podem ceder às entidades públicas participantes os seus trabalhadores contratados ao abrigo do regime do contrato de trabalho, na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários aos cumprimentos das atividades objeto de integração ou internalização, conforme disposto no nº 6 do referido artigo 62º. Na sequência do plano de internalização aprovado, foi celebrado em 9 de março de 2015 um Acordo de Cedência de Interesse Público entre o município de Guimarães e um assistente operacional que ali desempenhava as suas funções como jardineiro. De acordo com o disposto nos nºs 8 e 9 do artigo 62º do referido diploma, os trabalhadores que se encontrem na situação descrita podem candidatar-se aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

previamente estabelecida e que sejam abertos no prazo de 12 meses a contar da data do acordo de cedência de interesse público. Atenta a situação exposta e as obrigações que, para o Município, decorrem do processo de internalização, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/209, de 3 de Setembro, a abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de um assistente operacional (jardineiro). De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pelo Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento será efetuado através de procedimento concursal restrito a trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e no orçamento para o ano 2016, sendo cabimentado e objeto de compromisso juntamente com as restantes despesas de pessoal.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Taipas Turitermas, C.I.P.R.L. solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de médicos do curso de Ortopedia da Universidade do Minho, às instalações da Taipas Turitermas, no dia 12 de Dezembro. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a realização de uma visita às instalações da Taipas Turitermas, e por não haver inconveniente para os serviços da disponibilização do autocarro em causa, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte concedido, bem como o pagamento de



trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da

receção do mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento da Associação de Municípios do Vale do Ave, para o ano de 2016, bem como as transferências a efetuar pelos Municípios, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €97.833,15 (noventa sete mil oitocentos trinta três euros e quinze cêntimos) correspondente a custos de pessoal, assim como da verba de €45.898,73 (quarente cinco mil oitocentos noventa oito euros e vinte e setenta três cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de €143.731,88 (cento quarenta três mil setecentos trinta um euros e oitenta oito cêntimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados.” O quadro dos custos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e o Vereador Amadeu Portilha não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo a Vereadora Adelina

Paula Pinto assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “Na

sequência da receção do mapa com a previsão dos custos com o funcionamento da CIM do Ave, para o ano de 2016, bem como as transferências a efetuar pelos Municípios, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €67.151,81 (sessenta sete mil cento cinquenta um euros e oitenta um cêntimos) correspondente a custos de funcionamento Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados.” O quadro dos custos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo o Vereador Amadeu Portilha assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADE PARTICIPADAS – ÁGUAS DO NORTE, SA – OPÇÃO DE VENDA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS – Presente a seguinte

proposta: “O Município de Guimarães aprovou em 2003, através dos seus órgãos municipais (deliberações de Câmara e Assembleia Municipal de 27 de novembro e 12 de dezembro de 2003, respetivamente), aderir, na componente exclusiva do saneamento, ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Vale do Ave, criado pelo Decreto-Lei nº 135/2002, de 14 de Maio, e subscrever capital na Sociedade Águas do Ave,



SA, constituída pelo mesmo diploma legal. Na sequência de tal deliberação, o Município de Guimarães realizou capital correspondente a 2.021.575 ações, no valor nominal de €1,00, perfazendo o montante de €2.021.575. Posteriormente, o Município de Guimarães aprovou subscrever um aumento de capital, no montante de €1.759.175,00, conforme decisão da Assembleia Municipal, tomada em sessão de 27 de junho de 2008, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 17 de abril de 2008, capital que não chegou a realizar. Com a publicação do Decreto-Lei nº 41/2010, de 29 de abril, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste e constituída a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada Águas do Noroeste, SA, que resultou da fusão das sociedades Águas do Cávado, SA, Águas do Minho e Lima, SA e Águas do Ave, SA. Em 2015, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal e constituída a sociedade Águas do Norte, SA, atribuindo-lhe, em exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do referido sistema multimunicipal, que resulta da agregação de vários sistemas existentes, agora extintos, entre os quais o referido Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste. Conforme referido, o Município de Guimarães detinha então na Águas do Noroeste, SA (anteriormente Águas do Ave) - agora extinta pelo mesmo diploma - uma participação social de €2.021.575,00, correspondente a 2.021.575 ações no valor nominal de €1,00 cada. Dispõe o artigo 30º do referido Decreto-Lei nº 93/2015 que, no âmbito do processo de agregação dos diversos sistemas, é concedido aos municípios o direito de alienação à sociedade Águas

do Norte, SA da totalidade das participações sociais correspondentes a ações das categorias A e B de que ficam titulares no momento da constituição da sociedade. Na fase em que, sobre a intenção de criação da Águas do Norte, SA, o Ministério do Ambiente convidou os municípios a emitir parecer sobre o respetivo projeto, o Município de Guimarães emitiu e comunicou parecer desfavorável, apoiado num parecer emitido pela VIMÁGUA, que se junta em anexo e aqui se dá por integralmente reproduzido (**Doc. 1**). Acresce que, em conjunto com a maioria dos municípios acionistas da Águas do Noroeste, SA., o Município de Guimarães votou favoravelmente em assembleia geral uma deliberação contrária à criação deste novo sistema multimunicipal, designadamente: - porque este processo de fusão e criação da nova entidade gestora foi implementado à revelia dos Municípios acionistas da Sociedade, com nenhuma participação dos mesmos, e com uma inqualificável ingerência na autonomia autárquica e nas competências atribuídas às autarquias; - porque o modelo económico financeiro proposto acarreta prejuízos graves para os municípios então integrados no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste e para os cidadãos, uma vez que, entre outros aspetos, terá como consequência o aumento do custo dos serviços. Assim, atendendo ao teor de tais parecer e deliberação e em coerência com as posições anteriormente assumidas pelo Município, a Câmara Municipal, em sua reunião de 23 de julho de 2015, deliberou alienar a totalidade das participações sociais correspondentes a ações que atualmente detinha na Águas do Norte de Portugal, SA, nos termos previstos no art.º 30º do Decreto-Lei nº 93/2015, tendo comunicado tal decisão, em devido tempo, àquela Sociedade. Entretanto, foi necessário concertar com



a Águas do Norte, SA vários aspetos do processo, tendo apenas agora, na primeira semana de janeiro, ficado acordado os termos e condições do contrato de compra e venda das ações. Assim, o preço a pagar pelas referidas ações corresponde ao somatório do valor da referida participação, que é de €2.021.575,00, acrescido da remuneração acionista em dívida, que é de €2.287.589,52, pelo que o preço global devido pela Águas do Norte, SA ao Município de Guimarães decorrente da transmissão para aquela das referidas 2.021.575 ações é de €4.309.164,52. Considerando o prazo previsto no nº 6 do art.º 30º do aludido Decreto-Lei nº 93/2015, houve necessidade de outorgar o respetivo contrato de compra e venda, cuja minuta foi aprovada por meu despacho de 7 de janeiro de 2016, nos termos do nº 3, do art.º 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que agora se propõe seja ratificado pela Câmara Municipal (**Doc. 2**). Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal. Propõe-se, ainda, que a Câmara Municipal delibere revogar a referida deliberação de 17 de abril de 2008 e proponha à Assembleia Municipal a revogação da deliberação de 27 de junho de 2008, que haviam aprovado o aumento de capital do Município de Guimarães na então designada Águas do Ave, SA, no valor de €1.759.175,00, uma vez que, conforme se referiu, tal capital não chegou a ser realizado.” Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:**

"Aquilo que se propõe neste ponto da ordem trabalhos mais não é do que ratificação por parte deste órgão executivo do contrato já outorgado pela Câmara Municipal onde foram definidos os termos e condições da venda das ações detidas pelo município na empresa Águas do Norte S.A. A decisão de venda da respetiva participação teve no lugar na reunião havida em 23 do mês de junho do ano passado. Lendo o texto que fundamenta a proposta facilmente se constata o histórico de todo o processo. Assim: Em Novembro/Dezembro de 2003 aderiu o nosso município ao sistema Multimunicipal de Abastecimento de água e Saneamento do Vale do Ave no tocante ao saneamento, subscrevendo um capital de 2.021.575,0 € na empresa criada para o efeito denominada **"Águas do Ave S.A."**. Mais tarde, em Abril de 2010, é criada a empresa **"Águas do Noroeste S.A."** com base na fusão de três empresas: Águas do Cávado S.A, Águas do Minho e Lima S.A. e Águas do Ave S.A., com a responsabilidade da gestão e exploração pelo sistema Multimunicipal de abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste. Em Maio de 2015 é constituída a sociedade **"Águas do Norte S.A."** com a responsabilidade da exploração e gestão do sistema Multimunicipal de Abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal, sistema esse que integra todos os sistemas existentes na zona Norte, entre os quais o do Noroeste detido pelas Águas do Noroeste do qual é acionista o nosso município. Acontece que permitindo o decreto-lei 92 de 2015 aos municípios a alienação das suas ações à sociedade Águas do Norte, deliberou o nosso município em 23 julho 2015 a alienação das suas ações com base num confuso parecer emitido pela Vimágua e sobretudo argumentando não só a forma como foi criada esta nova entidade gestora à revelia dos municípios assim como argumentando também que o modelo económico e



financeiro proposto implica graves prejuízos para município e para os seus cidadãos pelo aumento do custo dos serviços. Conhecendo embora o sentido da deliberação da generalidade dos municípios acerca desta questão, alguns dos quais com executivos da nossa área política, entendemos que esta posição de alienação da nossa participação social não é que melhor serve os interesses do nosso município, e isto por duas importantes razões. Em primeiro lugar e desde logo porque o nosso município felizmente não necessita de realizar esta liquidez mais de 4 milhões de euros ficando até com preocupação acerca da sua segurança, nomeadamente nestes tempos conturbados em que se anuncia uma eminente tempestade financeira bem perceptível nos últimos dias. Depois porque é fácil ver que esta aplicação de 2 milhões de euros em dezembro 2013 se transformou agora, 12 anos decorridos em mais de 4 milhões de euros, traduzindo-se pois numa taxa de rendimento de 6,51% ao ano, demonstrando ter sido um bom investimento financeiro. Depois porque se não fosse um bom investimento não era tão evidente a forte apetência da empresa pelos privados. Finalmente, mas não menos importante, porque tratando-se embora de uma posição minoritária na referida empresa, não deixa de constituir uma presença num dos sectores estratégicos e mais importantes da vida económica seja no presente seja no futuro.” -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA COSTA, NA FREGUESIA DE LORDELO – Presente a seguinte proposta:

“Por deliberação camarária de 23 de dezembro de 2014, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 27 de fevereiro de 2015, o trânsito na Rua da Costa, freguesia de Lordelo, passou a ter um único sentido, Norte – Sul, entre a Rua Nossa Senhora da Conceição e a Travessa da Costa, por forma a

melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária. Contudo, esta alteração não foi consensual, tendo a assembleia de freguesia, no âmbito de uma comissão de inquérito, aprovado a alteração da mesma. Considerando que não há inconveniente na proposta formulada, deverá submeter-se à apreciação Camarária a alteração da postura vigente na Rua da Costa, de acordo com as seguintes prescrições: reposição dos dois sentidos de trânsito no tramo entre a Rua Nossa Senhora da Conceição e a Travessa da Costa; reposição da perda de prioridade da Rua da Costa no entroncamento com a Rua Nossa Senhora da Conceição, pela colocação de sinal B2 – “STOP”; estabelecimento da obrigatoriedade da viragem à direita no entroncamento da Rua da Costa com a Rua Nossa Senhora da Conceição.” A ata da Assembleia de Freguesia de Lordelo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Na reunião de Câmara de 16.10.2014, foi proposta a este executivo uma alteração em sentido contrário à que agora se propõe. Na altura, solicitamos a retirada do ponto atendendo a que, como então dizíamos, *“na vila de Lordelo foi tudo menos pacífica esta alteração de trânsito. Pela forma como foi apresentada em Assembleia de Freguesia, e pela difícil compreensão dos seus objetivos. Precisamente por essa razão, encontra-se a circular na freguesia um abaixo-assinado, precisamente contra esta alteração de trânsito, e que conta já com cerca de 180 assinaturas”* e ainda acrescentávamos que *“não concordamos com esta postura, nós concordamos com as reivindicações dos nossos concidadãos que*



não querem ver uma mesma rua com diferentes sentidos de trânsito, nós consideramos que as populações merecem o nosso respeito, e merecem no mínimo que os seus clamores sejam ouvidos por nós". Na reunião de Câmara de 23.12.2014 veio este ponto novamente a votação. Uma vez mais propondo uma solução de tráfego oposta à que hoje se nos apresenta. Votamos contra essa proposta e dissemos então o seguinte: "... a proposta apresentada pela Junta de Freguesia, visa suprimir um sentido de circulação apenas num pequeno troço da via em causa, o que tem como implicação imediata que o percurso habitual dos moradores e utilizadores da rua aumente, apenas por força desta alteração, quase 2 kms. Ora, parece-nos inadmissível obrigar os moradores e utilizadores da artéria em causa a ter que percorrer quase 2 kms para percorrer um caminho que na configuração atual conseguem percorrer em apenas 200 mts. Além do que vai referido, na artéria em causa (que sempre teve dois sentidos) propõe-se alterar para sentido único precisamente a parte mais larga de toda a rua. A Junta de Freguesia fundamenta com o perigo nesta rua, no entanto, não constam dos documentos disponibilizados quaisquer dados ou informações concretas nesse sentido. E em suma não percebemos as razões para alteração de trânsito, quando os próprios moradores nunca reivindicaram tal alteração, antes pelo contrário, manifestam-se até contrários ao pretendido pela Junta de Freguesia. Aliás, é do nosso conhecimento a circulação de um abaixo-assinado na vila de Lordelo, promovido precisamente pelos moradores da artéria em questão, devido ao transtorno que esta alteração causa no seu quotidiano, o que naturalmente deve merecer a nossa atenção e reflexão. As alterações de trânsito são, as mais das vezes, consensuais no seio da população a que as mesmas se dirigem e unânimes nos patamares políticos. Ora se

estamos perante uma proposta de alteração da Junta de Freguesia de Lordelo que não obteve unanimidade na Assembleia de Freguesia e que está a mobilizar a população contra a mesma, parece-nos que isto deveria exigir dos responsáveis políticos a necessária humildade para ponderar rever a sua posição. Tal não se verificando, bem pelo contrário, parecendo haver lugar a uma quase teimosia na aprovação de uma alteração de trânsito que não colhe simpatias para além do poder instituído, não podemos naturalmente concordar ou viabilizar com tal comportamento, pelo que votamos contra a alteração de trânsito proposta pela Junta de Freguesia de Lordelo.” Hoje, 21.01.2016, passou pouco mais de um ano sobre a aprovação desta postura de trânsito. E eis que a Junta de Freguesia de Lordelo, e a Câmara Municipal de Guimarães, vêm agora propor exatamente aquilo que não quiseram aceitar há um ano atrás. Do que aqui se trata é, apenas, de falta de humildade. Falta de humildade democrática de ponderar as decisões em função dos alertas da população e da oposição, neste caso da coligação Juntos por Guimarães. Falta da humildade necessária para reconhecer um erro e não avançar teimosamente com a sua pretensão. Avançou-se para afinal, ao fim de um ano, se recuar vindo de encontro ao que já então defendíamos. E assim se criam entropias desnecessárias no funcionamento dos organismos e instituições. Pelo caminho fizeram-se mais assembleias de freguesia, constituiu-se uma comissão, foi necessário que tivessem que ter lugar uma série de diligências que teriam sido totalmente desnecessária se tivesse havido a humildade necessária para ouvir a população, para ouvir os partidos que apresentam soluções alternativas. Naturalmente que uma vez que a proposta que hoje nos apresentam corresponde ao que defendemos as duas vezes que este assuntos



se discutiu, revogando a anterior alteração de trânsito contra a qual tínhamos votado, desta feita, votamos naturalmente **a favor** da presente proposta. Orgulhosos por termos contribuído com o nosso trabalho para uma melhor solução para os lordelenses, particularmente os residentes nas artérias afetadas pela decisão de há um ano atrás.” -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

– Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no

art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **CONFECÇÕES BUGALHÓS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 36%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **FILASA – FIAÇÃO ARMANDO DA SILVA ANTUNES** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 67%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **NEVES & COMPANHIA, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 62%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **MIDOURO – SOCIEDADE PANIFICADORA, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 27%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **S.M.B.M. – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada



pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 71%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **CUPRUM – COMÉRCIO DE METAIS NÃO FERROSOS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 27%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **CRISPIM ABREU & CA., LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 67%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **PARADIGMA FOOTWEAR, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 66%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **JOSÉ MARIA FERREIRA, S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 71%, de

acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **N.V.E. – ENGENHARIAS, S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 51%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **JOSÉ DE OLIVEIRA NOGUEIRA & FILHOS S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 46%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **F2J – ALUMÍNIOS E VIDROS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 41%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **KIWI GREENSUN – CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTA, S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 72%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **LUÍS CALDAS & COUTINHO, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada



pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 72%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **ESTAMPARIA TÊXTIL AMADO & MARTINS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 41%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **CONFECÇÕES BUGALHÓS, LDA; FILASA – FIAÇÃO ARMANDO DA SILVA ANTUNES; NEVES & COMPANHIA, LDA; MIDOURO – SOCIEDADE PANIFICADORA, LDA; S.M.B.M. – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL S.A. e CUPRUM – COMÉRCIO DE METAIS NÃO FERROSOS, LDA; CRISPIM ABREU & CA., LDA; PARADIGMA FOOTWEAR, LDA; JOSÉ MARIA FERREIRA, S.A.;**

N.V.E. – ENGENHARIAS, S.A.; JOSÉ DE OLIVEIRA NOGUEIRA & FILHOS S.A.; F2J – ALUMÍNIOS E VIDROS, LDA; KIWI GREENSUN – CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTA, S.A.; LUÍS CALDAS & COUTINHO, LDA; ESTAMPARIA TÊXTIL AMADO & MARTINS, LDA, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - REALIZAÇÃO DO 4º FÓRUM ANUAL DE GRADUADOS NO ESTRANGEIRO – GRAPE – Presente a seguinte proposta: “O GRAPE 2015 – Graduados Portugueses no Estrangeiro, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Guimarães, através da DDE, a fim de, em conjunto, organizar o 4º Fórum Anual de Graduados no Estrangeiro, que decorrerá no próximo dia 28 de Dezembro. O GraPE 2015, 4º Fórum Anual de Graduados Portugueses no Estrangeiro, tem como objetivo fundamental promover a interação e discussão entre os graduados portugueses no estrangeiro e em Portugal. Este evento constitui uma oportunidade única para o estabelecimento de novos contactos no seio desta comunidade, e surge como um fórum de discussão sobre a progressão das carreiras profissionais e académicas, dentro e fora de Portugal; a dinâmica de mobilidade de portugueses qualificados de e para Portugal e a sociedade portuguesa em geral. Este encontro anual reúne cerca de 100 a 150 participantes e já teve a oportunidade de acolher oradores ilustres como António Coutinho (antigo Diretor do Instituto



Gulbenkian de Ciência), Nuno Crato (Ministro da Educação e Ciência), Maria da Graça Carvalho (ex-Eurodeputada), Miguel Seabra (Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia) ou Jorge Portugal (Presidência da República), entre vários outros. Para esta última edição o tema do colóquio foi "GraPE 2015 – RE:Inventar Portugal". Partindo de histórias de portugueses que saíram à descoberta de oportunidades pelo mundo nas mais variadas áreas profissionais (ciência, artes, economia ou novas tecnologias). Pretende-se que o GraPE 2015 seja uma plataforma de reflexão sobre como podem as boas práticas identificadas no estrangeiro contribuir para um ainda maior crescimento do potencial inovador e humano do nosso país (programa em anexo). Face ao exposto, propõe-se atribuição de um apoio a este evento, traduzido num subsídio no valor de €984,00 para pagamento da taxa de ocupação do pequeno auditório CCVF (local de realização do evento) e na oferta de "coffe break", para cerca de 100 pessoas, no valor de €300,00 + IVA." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – INFANTÁRIO NUNO SIMÕES – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: "O Infantário Nuno Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças, no dia 11 de Dezembro, ao auditório do Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das crianças, na festa de Natal da instituição, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - PARCERIA ABAE 2016 - PROGRAMA ECO-

ESCOLAS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães coopera para a implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 sendo que esta parceria tem produzido efeitos positivos, ao nível da obtenção do respetivo Galardão, por parte das escolas aderentes, constituindo-se igualmente como um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projetos Eco-Escolas desenvolvidos nas escolas do Concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, pela promoção de atividades pedagógicas, que contribuem de forma efetiva para a promoção de uma eco-sustentabilidade na própria escola, reduzindo assim o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projetos Eco-Escolas só podem ser efetivados mediante o estabelecimento de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta, no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2015/2016, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 70€/escola, num total de 38, com custo estimado de 2660,00€, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o desenvolvimento deste projeto, se destina à comparticipação parcial das despesas inerentes à implementação do Programa (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de



bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.). As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo.” O referido anexo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO -

DEZEMBRO DE 2015 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE -

Presente a seguinte proposta: “A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães solicitou a colaboração do município para a cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos músicos da Orquestra da Sociedade Musical de Pevidém, no dia 29 de Janeiro ao auditório da Universidade do Minho. Assim, considerando da realização de um concerto solidário, com vista a divulgar e angariar fundos para uma das respostas sociais, Alecrim- CAO/Lar Residencial para pessoas com necessidades especiais, da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, e por não haver inconveniente para os

serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho datado a 7 de janeiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o pedido de transporte realizado, bem como o respetivo pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE –

Presente a seguinte proposta: “A empresa municipal “CASFIG” solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças e jovens residentes nos empreendimentos sob gestão da empresa, no dia 29 de Dezembro, à Cooperativa Mercado Azul, sita junto à EB2,3 João de Meira. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das crianças numa visita à Cooperativa Mercado Azul, que disponibiliza um espaço acolhedor com exposições e serviços especializados de literatura infantil e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 07 de dezembro de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o pedido de transporte concedido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE SANDE – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE –

Presente a seguinte proposta: “A Direção do Centro Social Paroquial de Vila Nova de Sande “Encontro de Saberes” solicitou a colaboração do



município através da cedência dos autocarros para efetuar o transporte dos utentes, no dia 11 de Fevereiro de 2016, ao Sameiro. Assim, considerando que se trata de uma deslocação inserida nas comemorações do Dia Mundial do Doente, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização dos autocarros em causa, por despacho a 08 de janeiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO CONDENSE DE APOIO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM O PROJETO DO EDIFÍCIO DESTINADO A CENTRO SOCIAL, CENTRO DE DIA, LAR E APOIO DOMICILIÁRIO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Condense de Apoio Social solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a comparticipação nas despesas com o projeto de arquitetura referente à construção de um edifício destinado às seguintes valências sociais: centro social, centro de dia, lar e apoio domiciliário. Os encargos totais referentes aos honorários elevam-se a €60.000,00, sendo que em 2011, foi já atribuído um subsídio de €8.000,00, destinado a apoiar os encargos a suportar com a elaboração do projeto daquele edifício. No entanto, alegando que os poucos recursos financeiros de que dispõem não serão suficientes para fazer face à despesa a realizar, solicitam agora um novo apoio financeiro. Assim, tendo em conta a natureza social do equipamento em causa e o interesse público inerente, proponho a atribuição de um subsídio de €5.000,00, ao **CENTRO CONDENSE DE APOIO SOCIAL**, para a comparticipação nas despesas com o projeto das futuras instalações do Centro Condense de Apoio Social. O

presente apoio é proposto, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CULTURA - ATRIBUIÇÃO DE UM TROFÉU PARA O CONCURSO DE GADO BOVINO DAS FESTAS DE ST.º AMARO

– Presente a seguinte proposta: “A exemplo dos anos anteriores, no dia 15 de janeiro será realizada mais uma edição das Festas de Sto. Amaro em Mascotelos e, integrado no seu programa festivo, será realizado o seu habitual Concurso de Gado Bovino. Neste sentido, proponho a atribuição de um troféu para o Concurso de Gado Bovino, que terá um custo para o Município de 49,20 euros.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES - ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016

– Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, procedeu-se à receção e análise das candidaturas para apoios aos clubes desportivos para a época desportiva 2015-2016, sendo que, na data limite para a apresentação de candidaturas, a 31 de outubro de 2015, estavam devidamente inscritos no Registo Municipal das Associações Desportivas um total de 83 clubes, requisito indispensável para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal. Deram entrada nos Serviços de Desporto da Câmara Municipal de Guimarães um total de 86 candidaturas, correspondendo a 25 pedidos de apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, 41 pedidos de apoio à formação desportiva, 15 pedidos de apoio à organização de



atividades e eventos desportivos e 5 pedidos de apoio à atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro. Nos termos do Regulamento, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: 1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas - Foram submetidas 25 candidaturas para 2015-2016, num valor estimado em cerca de 4,7 milhões de euros. Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa baseada nos termos do artigo 14º do RMADG. Tendo por pressuposto uma forte convicção da necessidade de dotar os principais clubes do nosso concelho com relvados sintéticos, potenciando o seu desenvolvimento desportivo e a aposta na formação de jovens, a Câmara Municipal decidiu, na época transata, dotar as duas únicas vilas que ainda não dispunham dessa infraestrutura – Ponte e Serzedelo – com esse relvado sintético, tendo sido igualmente elaborado pelos Serviços de Desporto da Câmara Municipal um estudo para determinar que outros clubes reuniam as condições necessárias para esse efeito. Tendo por base critérios objetivos como a área útil desportiva atualmente existente em cada clube, o nº de campos de futebol e de atletas e a percentagem de área desportiva por atleta, resultou inequivocamente a necessidade de construir mais dois novos relvados sintéticos em Aldão e Tabuadelo, beneficiando dois clubes com uma forte aposta na formação desportiva, tendo ficado excluída, por impossibilidade de dotação orçamental, a construção de relvados sintéticos nos outros dois clubes que também se candidataram para apoio a essa infraestrutura - o GRCD Candoso Santiago e a União Desportiva de Airão, pelo que se propõe atribuir este ano um subsídio de 200.000 euros a cada um desses clubes, através de Contrato-Programa a celebrar e que implicará a

disponibilização de uma verba anual de 50,000 euros, durante 4 anos. Assim, tendo em atenção a alínea b), do nº 1, do art.º 14º do Regulamento de Execução Orçamental de 2016, deve o apoio aos relvados sintéticos do GRCD Candoso Santiago e da União Desportiva de Airão ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal em virtude de o prazo de execução dos contratos ser superior a três anos. Considerando os contratos-programa já firmados no ano passado para a construção de 4 relvados sintéticos, designadamente Clube Desportivo de Ponte, Grupo Desportivo de Serzedelo, GCD Águias Negras de Tabuadelo e Grupo Recreativo e Cultural de Aldão, no qual se aprovou o apoio de 200 mil euros anuais, submete-se os restantes subsídios a atribuir este ano, tendo em conta a verba orçamentada de 430.000 euros para este segmento de apoios. Assim, considera-se a construção de mais 2 relvados sintéticos, como dito anteriormente, do GRCD Candoso Santiago e União Desportiva de Airão e a necessidade premente de requalificação das instalações desportivas do ACD Ases St.ª Eufémia, FC Prazins e Corvite, União Desportiva de Polvoreira, Casa do Povo de Fermentões, CART, União Desportiva Torcatense, Centro Social Paroquial de Candoso - S. Martinho, ACDR Nespereira e Grupo Desportivo de Selho, clubes desportivos com uma forte dinâmica formativa e um número muito expressivo de atletas em competição atualmente. Assim, com base nestes critérios, a Câmara Municipal propõe-se atribuir os seguintes subsídios: -----

GRCD Candoso Santiago	€50.000,00
União Desportiva de Airão	€50.000,00
ACD Ases Stª Eufémia	€25.000,00
FC Prazins e Corvite	€25.000,00
União Desportiva de Polvoreira	€25.000,00
Casa do Povo de Fermentões	€12.500,00



CART	€12.500,00
União Desportiva Torcatense	€10.000,00
Grupo Desportivo de Selho	€7.500,00
ACDR Nespereira	€7.500,00
CSP Candoso	€5.000,00
Subtotal	€230.000,00

2. Apoio à formação desportiva – Foram submetidas 41 candidaturas para 2015-2016, num valor estimado em cerca de 3,5 milhões de euros. Após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir os seguintes subsídios: -----

Vitória Sport Clube	€105.000,00
Centro de Actividades Recreativas Taipense (CART)	€15.000,00
Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil"	€15.000,00
Moreirense Futebol Clube	€12.500,00
Clube Desportivo Xico Andebol	€12.500,00
Casa do Povo de Fermentões	€12.500,00
Guimarães Rugby Union Football Club	€12.500,00
GDR "Os Amigos de Urgeses"	€10.000,00
Brito Sport Clube	€10.000,00
Centro de Cultura e Desporto O Desportivo de Ronfe	€10.000,00
Pevidém Sport Clube	€10.000,00
Clube Caçadores das Taipas	€10.000,00
Grupo Desportivo União Torcatense	€10.000,00
Os Sandinenses GDRC	€10.000,00
Clube Desportivo de Ponte	€10.000,00
Grupo Cultural e Desportivo Águias Negras	€10.000,00
Grupo Desportivo Unidos do Cano	€5.000,00
Associação AMAR BTT Torcatense	€5.000,00
Academia de Patinagem de Guimarães (APGUI)	€5.000,00
Associação Juvenil de Karaté Portugal	€3.000,00
Grupo Recreativo e Cultural de Aldão	€2.500,00
Grupo Cultural Desportivo Candoso Santiago	€2.500,00

(continuação)	
Gteam Guimarães Football Club	€2.500,00
União Desportiva de Polvoreira	€2.500,00
Grupo Desportivo de Selho	€2.500,00
JUNI	€2.500,00
Grupo Desportivo Serzedelo	€2.000,00
ARCAP - Academia Recreativa e Cultural Amigos de Ponte	€1.500,00
Clube Ténis de Guimarães	€1.500,00
Centro Cultural Desportivo e Recreativo Vila Nova Sande	€1.500,00
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	€1.500,00
União Desportiva de Airão	€1.250,00
Associação Cultural e Recreativa de Conde	€1.250,00
Salgueiral - SARC	€1.250,00
Futebol Clube Prazins e Corvite	€1.250,00
Correr e Viver - Núcleo de Atletismo das Taipas	€1.250,00
Associação Cultural e Desportiva Ases Santa Eufémia	€1.250,00
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	€1.000,00
Centro Social e Paroquial de Candoso	€1.000,00
Clube de Rope Skipping das Taipas	€1.000,00
ACRD Nespereira	€1.000,00
Apoio à realização de eventos:	
Associação de Futebol Popular de Guimarães	€15.000,00
Associação de Ciclismo do Minho	€7.500,00
Subtotal	€350.000,00
TOTAL	€580.000,00

Em síntese, e no conjunto, são atribuídos para a época desportiva 2015-2016 um total de €580.000,00 de apoios municipais aos clubes e associações desportivas sedeadas no Município de Guimarães, acrescentado aos 200 mil euros já cabimentados, respeitante a contratos-programa anteriores para relvados sintéticos." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N. 884 DE NESPEREIRA – SUBSÍDIO PARA A REABILITAÇÃO DA SEDE



DO AGRUPAMENTO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento 884 de Nespereira do Corpo Nacional de Escutas é proprietário do seu edifício sede, localizado no Largo Padre Bernardino Ribeiro Fernandes, em Nespereira, equipamento que serve de apoio às inúmeras atividades escutistas de formação da juventude e a muitas outras realizadas pela própria freguesia, bem como da Paróquia. Tendo em conta o estado de degradação do piso e dos estores do primeiro andar do edifício, os seus responsáveis solicitaram o apoio da Câmara Municipal. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €7.715,46, sendo que €5.517,46 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar, e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o inquestionável interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, atendendo às condições de segurança e salubridade que as mesmas visam melhorar, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio a conceder através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €7.715,46. O presente apoio é concedido, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães (Regulamento nº 606/2010, de 15 de julho – DR 2ª série nº 136), bem como do

disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. – A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião.-----

José Antunes – Disse ser sócio do Centro Social de Brito e em todas as assembleias desta instituição as queixas têm sido sempre as mesmas, concretamente que vive com dificuldades financeiras, acrescentando que outros centros sociais do concelho, que dizem ser próximos de outros partidos, como o CDS, são mais apoiados.

Ana Mendes – a) - Referindo-se ao projeto de reabilitação da EB1 de Casais, disse que não tinha percebido se ia ser dotada de aquecimento, referindo as questões relacionadas com este problema; **b)** - Disse reconhecer haver muito investimento em Brito mas afirmou faltar investimento para conclusão das infraestruturas básicas, tais como o saneamento, perguntando se tal estava previsto. -----

José Marques da Cunha- Disse ser morador na Rua 10 de Junho, em que, depois de edificadas determinadas construções, deixou de ser servido de infraestruturas de saneamento de águas pluviais. -----

Ricardo Pizarro – Presidente do Brito Sport Clube, cumprimentou os presentes, pedindo apoio à Câmara Municipal para a construção de um 2.º campo em relvado sintético. -----

André Coelho Lima – Começou por agradecer ao Presidente da Câmara o facto de lhe permitir responder ao cidadão José Antunes. Disse-lhe, então, que desconhecia os critérios de apoio que referiu a outras instituições sociais, dizendo que não há interferência dos partidos políticos nesta matéria. -----



Manuel Castro Dias – Em representação do Grupo Coral de S. João Batista de Brito, disse que os apoios na componente cultural têm sido esquecidos. Referiu, também, uma situação com problemas de saneamento no bairro onde é morador. -----

Presidente da Câmara – a) - Sobre os apoios ao Centro Social de Brito esclareceu que tal não tem que ver com a Câmara Municipal ou algum dos seus Vereadores. Disse, ainda, que, da sua parte, diligenciará no sentido de tentar resolver algumas situações difíceis que algumas IPSS estão a passar, informando que reunirá com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no âmbito dos apoios a conceder às instituições;

b) - Quanto à intervenção de Ana Mendes disse que está prevista uma intervenção ao nível energético, estando também prevista a colocação de painéis fotovoltaicos; **c)** - Sobre o saneamento da Rua 10 de Junho disse que ia verificar o que se passa. A propósito, manifestou a intenção de propor uma alteração ao regulamento no sentido de que nos licenciamentos seja exigido um projeto de escoamento das águas pluviais; **d)** - Sobre o Brito Sport Clube disse conhecer a necessidade de um segundo campo relvado sintético. Contudo, referiu que a prioridade é para os clubes que ainda não têm relvado sintético pelo que, a seu tempo, será equacionado esse apoio; **e)** - Sobre os apoios à cultura, disse que este espaço onde se realiza esta reunião (Espaços Criativos) é um exemplo de apoio cultural. Quanto às entidades locais disse que todos os grupos culturais do concelho têm vindo a ser apoiados de acordo com as suas dinâmicas próprias; **f)** – Referiu que a questão do saneamento é uma questão mais complicada, já que durante muitos anos as águas pluviais foram irregularmente ligadas às condutas de saneamento, de que resultaram situações

complicadas, pelo que está ser feito trabalho no sentido de resolver o problema. -----

PELAS TREZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----